

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 19.738/12/2ª Rito: Sumário  
PTA/AI: 01.000167746-61  
Impugnação: 40.010129150-09  
Impugnante: Arcelormittal Tubarão Comercial S/A  
IE: 001055083.00-90  
Proc. S. Passivo: Sacha Calmon Navarro Coêlho/Outro(s)  
Origem: DF/Contagem

### **EMENTA**

**CRÉDITO DE ICMS – APROVEITAMENTO INDEVIDO - RESOLUÇÃO Nº 3.166/01. Constatado recolhimento a menor de ICMS em face da apropriação de parcela do imposto não cobrado e não pago ao Estado de origem destacado em notas fiscais de fornecedor de outra Unidade da Federação, beneficiado com incentivo fiscal em seu Estado de origem, sem amparo em convênios celebrados no âmbito do CONFAZ. Procedimento fiscal respaldado no art. 155, § 2º e inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal c/c art. 1º, parágrafo único e art. 8º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 24/75. Crédito vedado nos termos do art. 62, § 1º do RICMS/02 e nos da Resolução nº 3.166/01. Exigências fiscais de ICMS, multa de revalidação e Multa Isolada prevista no art. 55, inciso XXVI da Lei nº 6.763/75. Crédito tributário rerratificado pelo Fisco, nos termos do inciso VIII do art. 149 do Código Tributário Nacional. Lançamento parcialmente procedente. Decisão por maioria de votos.**

### **RELATÓRIO**

A autuação versa sobre a falta de recolhimento do ICMS, apurado mediante recomposição da conta gráfica, no período de março/08 a setembro/10, em virtude de apropriação indevida de créditos referentes a aquisições de mercadorias oriundas do Estado de Santa Catarina, com incentivo fiscal não reconhecido em convênios celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), portanto, em desacordo com a legislação do imposto.

Exigências de ICMS, multa de revalidação e da Multa Isolada capitulada no art. 55, inciso XXVI da Lei nº 6.763/75.

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 1.423/1.443.

Às fls. 1936/1954, o Fisco rerratifica o lançamento, nos termos do inciso VIII do art. 149 do Código Tributário Nacional (CTN), e junta documentos, sob a alegação de que o benefício utilizado não foi o PRODEC, originalmente considerado, mas, sim, créditos presumidos por entrada de mercadorias no estabelecimento da fornecedora da Autuada, benefícios esses também concedidos sem aprovação do CONFAZ.

A Autuada é notificada da rerratificação do crédito tributário, conforme fls. 2.750 e 2.752 do PTA.

Após a rerratificação do crédito tributário, a Autuada, inconformada, apresenta, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, nova Impugnação às fls. 2.755/2.776 dos autos.

O Fisco, em manifestação de fls. 2.884/2.917, refuta as alegações da defesa, e promove no Demonstrativo de Correção Monetária e Multas (DCMM) a correção da data de emissão do Auto de Infração e a inclusão da data de seu recebimento pela Autuada, conforme fls. 2.918/2.920.

Aberta vista à Impugnante, que novamente se manifesta às fls. 2.924/2.948.

O Fisco promove a juntada de cópia de notas fiscais de entrada às fls. 3.305/3.442, sendo aberta vista à Impugnante, que requer às fls. 3.446/3.447 a dilatação de seu prazo, a qual é deferida pelo Fisco, conforme fls. 3.450.

A Impugnante comparece aos autos às fls. 3.451, reiterando sua impugnação anterior.

O Fisco novamente se manifesta às fls. 3.453/3.499.

---

## **DECISÃO**

### **Da Preliminar**

#### **Da Prefacial de Nulidade do Auto de Infração**

A Impugnante se insurge contra o procedimento de rerratificação do lançamento efetuado pelo Fisco, sustentando que deveria ter sido cancelado o presente Auto de Infração (AI) e, eventualmente, lavrado outro.

Não concorda com o fato de a rerratificação ter mantido a mesma numeração e data do AI anterior, acrescentando que o Fisco teria feito uma revisão de ofício sem previsão no art. 149 do CTN.

No entanto, há de se ressaltar que o procedimento de rerratificação levado a efeito pelo Fisco se baseou no que expressamente prevê o inciso III do art. 145 c/c inciso VIII do art. 149, ambos do CTN, nos seguintes termos:

#### CTN

Art. 145. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

(...)

III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 149.

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

(...)

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

(...)

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

No presente PTA, a revisão de ofício derivou de fatos novos não conhecidos pelo Fisco no momento da lavratura do Auto de Infração original, por se tratar de documentos e livros fiscais de contribuinte estabelecido em outro Estado, obtidos por meio de intimação à Autuada, em decorrência do relatado em sua impugnação.

Desse modo, a rerratificação do lançamento está plenamente fundamentada, sendo observado pelo Fisco, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 149 do CTN.

Acrescente-se que a questão levantada, pela Impugnante, a respeito da manutenção da numeração e data do AI original não encontra qualquer amparo na legislação tributária. É de se notar que o procedimento de rerratificação não importa em novo lançamento, mas em uma revisão do lançamento anterior, o que enseja a manutenção da mesma numeração e data.

No tocante, especificamente à data, ressalte-se que esta se restringe ao Demonstrativo de Correção Monetária e Multas (DCMM), tendo o Fisco observado o prazo decadencial, para fins da revisão do lançamento, com base na data da intimação da rerratificação promovida.

Por todo o exposto, rejeita-se a prefacial arguida.

### **Do Mérito**

Conforme já relatado, feita a rerratificação do lançamento, a autuação versa sobre a constatação de que a Autuada deixou de recolher ICMS, apurado mediante recomposição da conta gráfica, em virtude de apropriação indevida de créditos referentes a aquisições de mercadorias oriundas do Estado de Santa Catarina, com incentivo fiscal (crédito presumido) não reconhecido em convênios celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Cabe frisar que o estorno do crédito tem por base legal o disposto na Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 24/75, bem como no RICMS/02 c/c a Resolução nº 3.166/01.

Dispõe a Constituição Federal de 1988, em seu art. 155, § 2º, incisos I e XII, alínea "g":

Art. 155

(...)

§ 2º o imposto previsto no inciso II, atenderá ao seguinte:

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (grifos acrescentados)

A Lei Complementar nº 24/75, recepcionada pela Constituição Federal de 1988, prescreve:

Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de Convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo único - o disposto neste artigo também se aplica:

(...)

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

(...)

Art. 2º - Os convênios a que alude o art. 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo Federal.

§ 1º - As reuniões se realizarão com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação.

§ 2º - A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

(...)

Art. 8º - A inobservância dos dispositivos desta Lei acarretará, cumulativamente:

I - a nulidade do ato e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento receptor da mercadoria;

II - a exigibilidade do imposto não pago ou devolvido e a ineficácia da lei ou ato que conceda remissão do débito correspondente. (grifou-se)

(...)

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O § 5º do art. 28 da Lei nº 6.763/75 reproduz as referidas normas:

Art. 28. O imposto é não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este Estado ou outra unidade da Federação.

(...)

§ 5º Na hipótese do caput, não se considera cobrado, ainda que destacado em documento fiscal, o montante do imposto que corresponder a vantagem econômica decorrente de concessão de incentivo ou benefício fiscal em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição da República.

Da mesma forma, os §§ 1º e 2º, do art. 62 do RICMS/02, nos seguintes termos:

Art. 62 - O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte, interestadual ou intermunicipal, ou de comunicação com o montante cobrado nas anteriores, por este ou por outro Estado.

§ 1º Não se considera cobrado, ainda que destacado em documento fiscal, o montante do imposto que corresponder a vantagem econômica decorrente da concessão de incentivo ou benefício fiscal em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição da República, observado o disposto nos §§ 4º a 6º.

### **Efeitos de 15/12/2002 a 31/12/2011 - Redação original:**

§ 1º Não se considera cobrado, ainda que destacado em documento fiscal, o montante do imposto que corresponder a vantagem econômica decorrente da concessão de incentivo ou benefício fiscal em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda, mediante resolução, disciplinará a apropriação do crédito do imposto relativamente às operações e prestações objeto do incentivo ou do benefício fiscal de que trata o parágrafo anterior.

A Resolução nº 3.166/01, norma operacional que orienta o Fisco e os contribuintes, para dar cumprimento ao art. 62, § 2º disciplina em seu art. 1º a forma em que será admitido o crédito, nos seguintes termos:

Art. 1º - O crédito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) correspondente à entrada de mercadoria remetida a estabelecimento localizado em território mineiro, a qualquer título, por estabelecimento que se beneficie de incentivos indicados no Anexo Único, será admitido na mesma proporção em que o imposto venha sendo efetivamente recolhido à unidade da Federação de origem, na conformidade do referido Anexo.

(...)

Importante destacar que a regra da não cumulatividade não foi alterada por resolução estadual, pois a referida norma estadual de caráter meramente operacional não inova no mundo jurídico, apenas orienta o Fisco e os contribuintes relativamente aos benefícios fiscais concedidos sem edição de Convênio, obrigatório nos estritos termos da Constituição Federal, acima transcritos.

Saliente-se que a lei complementar constitui meio apropriado para regulamentação dos ditames constitucionais, atribuição esta que lhe foi conferida pela própria Constituição, nos termos da alínea “g” do inciso XII do § 2º de seu art. 155.

Ao analisar matéria sobre créditos concedidos sem edição de convênio, o STF entende não afrontar a regra da não cumulatividade do ICMS a inadmissão do crédito oriundo de tributo convertido em incentivo fiscal, conforme agravo regimental abaixo transcrito:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RE-AgR 423658 / MG - MINAS GERAIS

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. NÃO-CUMULATIVIDADE. ART. 155, § 2º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. I. - Acórdão recorrido que se ajusta à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que tendo sido convertido em incentivo o tributo que deveria ser recolhido pelo vendedor de matéria-prima, a inadmissão do crédito, no estado de destino, não afronta o princípio da não-cumulatividade do ICMS. RE 109.486/SP, Relator Ministro Ilmar Galvão, "DJ" de 24.4.92. II. - Agravo não provido.

Em Ação Direta de Inconstitucionalidade requerida pelo governador do Estado de Minas Gerais contra ato do governador do Estado do Espírito Santo, pronunciou-se o STF no sentido de reprimir a chamada “guerra fiscal” entre os Entes Federados.

Segundo o egrégio Supremo Tribunal Federal, a “guerra fiscal” afronta o art. 155, § 2º, XII, “g” da Constituição Federal, que constitui limitação à autonomia dos Estados.

O Supremo deixa claro a necessidade de convênio interestadual para concessão, por lei estadual, de crédito presumido de ICMS.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ADI-MC 2352 / ES - ESPÍRITO SANTO

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

EMENTA: ICMS: concessão unilateral de benefícios fiscais (incluída a outorga de crédito presumido) por Estado federado: "guerra fiscal" repelida pelo STF: liminar deferida.

1. A orientação do Tribunal é particularmente severa na repressão à guerra fiscal entre as unidades federadas, mediante a prodigalização de isenções e benefícios fiscais atinentes ao ICMS, com afronta da norma constitucional do art. 155, § 2º, XII, g - que submete sua concessão à decisão consensual dos Estados, na forma de lei complementar (ADIn 84-MG, 15.2.96, Galvão, DJ 19.4.96; ADInMC 128-AL, 23.11.89, Pertence, RTJ 145/707; [...] (ADInMC 902 3.3.94, Marco Aurélio, RTJ 151/444; ADInMC 1.296-PI, 14.6.95, Celso; ADInMC 1.247- PA, 17.8.95, Celso, RTJ 168/754; ADInMC 1.179-RJ, 29.2.96, Marco Aurélio, RTJ 164/881; ADInMC 2.021-SP, 25.8.99, Corrêa; ADIn 1.587, 19.10.00, Gallotti, Informativo 207, DJ 15.8.97; ADInMC 1.999, 30.6.99, Gallotti, DJ 31.3.00).

Nessa toada, o regulamento do ICMS mineiro prescreve, expressamente, no inciso VI do art. 71, que o imposto não cobrado na origem deve ser estornado:

Art. 71 - O contribuinte deverá efetuar o estorno do imposto creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria ou o bem entrado no estabelecimento:

(...)

VI - tiverem o imposto destacado na documentação fiscal não cobrado na origem, conforme disposto no § 1º do artigo 62 deste Regulamento.

Acrescente-se que, a partir de 1º de janeiro de 2012, o Estado de Minas Gerais, por ato de liberalidade, concedeu ao contribuinte mineiro a possibilidade de se creditar do imposto destacado no documento fiscal relativo à operação ou prestação ocorrida até a data em que o incentivo ou benefício fiscal ilegal for divulgado na Resolução nº 3.166/01, consoante § 7º do art. 28 da Lei nº 6.763/75, nos seguintes termos:

§ 7º Na hipótese de que trata o § 5º deste artigo, fica o destinatário mineiro autorizado a apropriar o crédito decorrente de operação ou prestação ocorrida até a data em que o incentivo ou benefício for divulgado em resolução do Secretário de Estado de Fazenda, exceto nas seguintes hipóteses, nos termos do regulamento:

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I - entrada decorrente de operação de transferência;

II - entrada decorrente de operação promovida por empresa interdependente;

III - demais situações em que o destinatário mineiro comprovadamente tenha ciência do incentivo ou benefício fiscal concedido ao remetente.

Saliente-se que o legislador condicionou a aplicação de tal norma à sua regulamentação, a qual ocorreu por meio da introdução dos §§ 4º a 6º ao art. 62 do RICMS/02, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012:

§ 4º Na hipótese de que trata o § 1º, fica o destinatário mineiro autorizado a apropriar o crédito decorrente do recebimento de mercadorias ou serviços em operações ou prestações interestaduais, realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012 até o dia imediatamente anterior à data em que o incentivo ou benefício for divulgado na resolução a que se refere o § 2º.

§ 5º A autorização de que trata o § 4º aplica-se também em relação à apropriação de crédito, assim considerada a dedução do imposto destacado no documento fiscal de aquisição para cálculo do ICMS a ser recolhido a título de substituição tributária, na hipótese em que o substituto tributário for o contribuinte mineiro nas operações interestaduais, observado o disposto no § 6º.

§ 6º O disposto nos §§ 4º e 5º não se aplica:

I - na entrada decorrente de operação de transferência;

II - na entrada decorrente de operação ou prestação promovida por estabelecimento de empresa interdependente;

III - para dedução do imposto devido pela operação própria no cálculo do ICMS/ST realizado pelo contribuinte substituto de outro Estado nas operações interestaduais com destinatário mineiro, por ter o remetente substituto ciência do incentivo ou benefício fiscal concedido pelo Estado onde está situado seu estabelecimento;

IV - nas demais situações em que o destinatário mineiro comprovadamente tenha ciência do incentivo ou benefício fiscal concedido ao remetente. (grifou-se)

Em se tratando de ato de liberalidade, coube ao regulamentador da norma especificar as condições para o creditamento do imposto, sendo uma delas a que a operação tenha ocorrido somente a partir de 1º de janeiro de 2012, nos termos do § 4º do art. 62 do RICMS/02.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Todas as operações de que trata o estorno de crédito no presente PTA ocorreram nos anos de 2008 a 2010, sendo inaplicável, portanto, a referida concessão.

Ademais, grande parte das operações oriundas do Estado de Santa Catarina, objeto do lançamento, trata-se de transferências de mercadorias para o estabelecimento mineiro do mesmo contribuinte, o que se amolda à vedação expressa de que trata o inciso I do § 7º do art. 28 da Lei nº 6.763/75 c/c inciso I do § 6º do art. 62 do RICMS/02.

A Autuada afirma, ainda, que o crédito presumido no Estado de Santa Catarina teria sido convalidado pelo CONFAZ, conforme o Convênio ICMS nº 17/94.

O Convênio ICMS nº 17/94 trata da adesão do Estado de Santa Catarina ao Convênio ICMS nº 94/93, o qual autoriza a concessão de crédito presumido às indústrias consumidoras de aços planos.

Contudo, o Convênio ICMS nº 94/93 foi prorrogado apenas até 31 de dezembro de 1994, nos termos do inciso III da Cláusula primeira do Convênio ICMS nº 67/94:

Cláusula primeira. Ficam introduzidas as seguintes alterações no Convênio ICMS 94/93, de 10 de setembro de 1993:

(...)

III - o prazo de que trata a cláusula segunda fica alterado para 31 de dezembro de 1994. (grifou-se)

(...)

Desse modo, há mais de 17 (dezessete) anos o referido benefício fiscal deixou de ser autorizado pelo CONFAZ, não tendo qualquer procedência a alegação da Impugnante no sentido de sua validade.

A Impugnante discute que o crédito presumido concedido por Santa Catarina é calculado com base nas operações de entrada de mercadorias, acrescentando que os estabelecimentos beneficiados, durante todo o período, mantiveram em sua escrita fiscal saldo credor do imposto, e que, portanto, o referido incentivo fiscal não teria efeito sobre a sua apuração.

Entretanto, cabe inicialmente esclarecer que a Constituição Federal, ao determinar que a concessão de benefícios fiscais relacionados com o ICMS só poderia ocorrer mediante deliberação dos Estados, buscava dois objetivos, quais sejam:

- dar efetividade à regra da não cumulatividade, ao garantir o direito de crédito apenas à parcela efetivamente cobrada nas operações anteriores pelo ente tributante; e

- resguardar o pacto federativo, de modo a evitar que os Estados entrassem no que hoje é denominado de “guerra fiscal”.

Nesse sentido, a Lei Complementar nº 24/75, em seu art. 8º, inciso I, determinou a nulidade do ato concessivo de benefício fiscal sem aprovação pelos demais Estados e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento receptor da mercadoria.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Desse modo, a discussão trazida pela Impugnante quanto à modalidade do benefício e a situação fiscal do estabelecimento incentivado é irrelevante, porquanto o que a legislação determina é o expurgo dos efeitos do incentivo fiscal irregular no imposto destacado nos documentos fiscais emitidos para acobertar suas operações.

Portanto, restando demonstrado que o benefício fiscal concedido por outro Estado não foi aprovado pelo CONFAZ, conforme fls. 2.723/2.729, e que o mesmo foi efetivamente registrado na escrita fiscal do contribuinte beneficiado, consoante fls. 2.627/2.721, o feito fiscal apresenta-se adequado conforme a legislação tributária.

Acrescente-se que a questão de o crédito presumido irregular ser calculado com base nas operações de entrada não afasta o fato de que ele se presta a abater débito do imposto devido nas saídas de mercadorias do estabelecimento incentivado, ainda que da apuração final resulte saldo credor, porquanto tal saldo acumulado, em se tratando de um ativo do contribuinte, pode ser objeto de abatimentos de débitos em períodos futuros ou, ainda, de transferência para outros contribuintes, garantindo-lhe assim a fruição integral do benefício fiscal irregular.

Por todo o exposto, afigura-se correto o estorno de crédito realizado no presente lançamento, com a cobrança do imposto, da respectiva multa de revalidação e da Multa Isolada capitulada no inciso XXVI do art. 55 da Lei nº 6.763/75, conforme a rerratificação do lançamento promovida pelo Fisco.

A Autuada alega, em síntese, que as multas devem ser afastadas e/ou reduzidas, por atipicidade, ao argumento de que não houve aproveitamento indevido de créditos de ICMS e recolhimento a menor do imposto, e que as multas do art. 55, XXVI e do art. 56, II, ambos da Lei nº 6.763/75 são excessivas, violando o princípio do não confisco.

Sustenta, também, que as multas devem ser reduzidas por razões de boa-fé e equidade.

Contudo, as penalidades foram cominadas nos estritos termos da lei de regência do imposto, devendo ser mantidas como aplicadas pelo Fisco.

Com relação ao pedido de cancelamento ou redução das penalidades, nos termos do art. 53, § 3º da Lei nº 6.763/75, o benefício não pode ser aplicado ao caso presente porque a infração resultou em falta de pagamento do imposto e se refere a aproveitamento indevido de crédito, consoante itens 3 e 5 do § 5º do mesmo artigo.

Art. 53 - As multas serão calculadas tomando-se como base:

(...)

§ 3º - A multa por descumprimento de obrigação acessória pode ser reduzida ou cancelada por decisão do órgão julgador administrativo, desde que esta não seja tomada pelo voto de qualidade e que seja observado o disposto nos §§ 5º e 6º deste artigo.

(...)

§ 5º - O disposto no § 3º não se aplica aos casos:

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

(...)

3) em que a infração tenha sido praticada com dolo ou dela tenha resultado falta de pagamento do tributo;

(...)

5) de aproveitamento indevido de crédito;

Diante do exposto, ACORDA a 2ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, por maioria de votos, em rejeitar a arguição de nulidade do lançamento. Vencido o Conselheiro Sauro Henrique de Almeida (Revisor), que o considerava nulo. No mérito, por maioria de votos, em julgar parcialmente procedente o lançamento, nos termos da rerratificação procedida pelo Fisco às fls. 1936/1954. Vencido, em parte, o Conselheiro Sauro Henrique de Almeida (Revisor), que o julgava improcedente. Pela Impugnante, sustentou oralmente o Dr. Valter de Souza Lobato e, pela Fazenda Pública Estadual, a Dra. Soraia Brito de Queiroz Gonçalves. Participaram do julgamento, além dos signatários, e do Conselheiro vencido, o Conselheiro Fernando Luiz Saldanha.

**Sala das Sessões, 18 de julho de 2012.**

**André Barros de Moura**  
**Presidente**

**Ricardo Wagner Lucas Cardoso**  
**Relator**

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

---

Acórdão:	19.738/12/2ª	Rito: Sumário
PTA/AI:	01.000167746-61	
Impugnação:	40.010129150-09	
Impugnante:	Arcelormittal Tubarão Comercial S/A	
	IE: 001055083.00-90	
Proc. S. Passivo:	Sacha Calmon Navarro Coêlho/Outro(s)	
Origem:	DF/Contagem	

---

Voto proferido pelo Conselheiro Sauro Henrique de Almeida, nos termos do art. 53 do Regimento Interno do CC/MG.

A autuação versa sobre a falta de recolhimento do ICMS, apurado mediante recomposição da conta gráfica, no período de março de 2008 a setembro de 2010, em virtude de apropriação indevida de créditos referentes a aquisições de mercadorias oriundas do Estado de Santa Catarina, com incentivo fiscal não reconhecido em convênios celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), portanto, em desacordo com a legislação do imposto.

A divergência entre o voto vencido e a decisão proferida no acórdão em referência decorre dos fundamentos a seguir expostos.

Esta acusação decorre do entendimento do Fisco, que a empresa adquiriu mercadorias com benefícios fiscais, não aprovadas em Convênio, nos termos da Resolução nº 3166/01, referente ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), regulamentado pela Lei nº 13.342/05.

Tem-se que, o PRODEC foi regulamentado pelo Decreto nº 1.490, de 14 de julho de 2000, que traz, em seu art. 23, as condições de formalização das operações nele descritas:

Art. 23 - A formalização das operações se dará por contrato, entre o Estado, o agente financeiro e a empresa incentivada, através de cláusulas adequadas e constante de instrumento autônomo, para cada modalidade de operação, de acordo com as normas usuais para financiamento de longo prazo, lastreada por garantias reais, constituídas de bens da empresa ou dos sócios, salvo quando a liberação dos recursos ocorrer na forma do § 6º do art. 16, e fidejussórias.

Destarte, que o Fisco partiu do pressuposto que tal formalização ocorreu, e que houve adesão, por parte da empresa no Estado de Santa Catarina, ao PRODEC, mas "data venia", contudo, sem demonstrar que a Impugnante teria aproveitado do referido benefício fiscal.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nestes termos, nos autos o Fisco não prova que a empresa de fato valeu-se do referido benefício fiscal.

Importante destacar, que nas notas fiscais de saída de mercadoria, emitidas pelo estabelecimento de Santa Catarina (vide item 12.10, fl. 7 do "relatório fiscal-contábil" - doc. 03 da Impugnante, informam destaque do ICMS - alíquota interestadual, na alíquota de 12% (doze por cento), tendo em vista se referirem a vendas interestaduais para contribuinte do imposto no Estado do destino.

Além do acima exposto, que *de per si* demonstra a aparência de legalidade da operação e, portanto, inviável a premissa estabelecida pela Fiscalização, a Autuada junta em anexo cópia dos livros de registro de apuração de junho de 2008 a setembro de 2010 (doc. 05); além disto, no AI consta cópia do registro de entradas dos exercícios 2008 e 2009 e registro de apuração - exercícios 2008 a 2009. Os livros demonstram terem todas as notas fiscais sido escrituradas com a alíquota interestadual normal e sem qualquer crédito suplementar por conta do referido Programa.

Tem-se ainda, que o referido Programa contestado pela Fiscalização do Estado de Minas Gerais e concedido pelo Estado de Santa Catarina concede benefícios financeiros ou fiscais sobre o ICMS a pagar da empresa, conforme consta da Lei 13.342, cabendo aqui destacar o art. 7º do referido texto legal, *in verbis*:

Art. 7º Os incentivos concedidos pelo PRODEC obedecerão os seguintes limites:

I - montante equivalente a até setenta e cinco por cento do valor do incremento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS gerado pelo empreendimento incentivado; (inciso alterado pela Lei nº 14.075, de 03.08.07 - DOE de 03.08.07)

I - até cento e vinte meses para fruição dos incentivos, contados a partir do início das operações do empreendimento incentivado; e

II - até quarenta e oito meses de carência para o início da amortização, contados a partir do início da fruição dos benefícios, devendo cada parcela liberada ser quitada ao final do prazo de carência. (inciso alterado pela Lei nº 14.075, de 03.08.07 - DOE de 03.08.07)

Considerando que a empresa é apenas geradora de saldo credor no momento (conforme declaração do Fisco Catarinense sobre as DIMES da empresa, as fls. 1674/1675 dos autos), não haveria sentido em aderir e "aproveitar" dos benefícios do programa, pois não existiriam benefícios a aproveitar.

Além de todo o exposto, e para que não paire dúvida em relação à não-adesão ao PRODEC, a Autuada protocolou petição na Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, por meio da qual informa que recebeu Auto de Infração em Minas Gerais sobre matéria e requer, para fins de instruir defesa

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

contra o Auto de Infração, uma DECLARAÇÃO NEGATIVA DE UTILIZAÇÃO DO PRODEC para os estabelecimentos das empresas sucedidas e sucessora.

Com isto, a petição foi apreciada, pelo Fisco de Santa Catarina, que se pronunciou da seguinte forma, as fls. 1674/1675 dos autos:

*"Examinados os autos do processo referenciado, vê-se que o requerimento (14/0212006, fls. 02) de Regime Especial para beneficiar-se do prazo de 120 meses para recolhimento do ICMS correspondente à parcela do incentivo (PRODEC - Contrato n. • 009/2005) não obteve deferimento até o momento. O Contrato, de 25/08/2005, dispõe em suas Cláusulas Quarta, Sexta e Décima Segunda que a fruição (utilização) do benefício, bem como a contagem do seu prazo de vigência, dependem da expedição do Regime Especial por esta Secretaria.*

*Efetivamente, consta das "Declaração de ICMS e Movimento Econômico DIME", apresentadas em nome dessas três empresas titulares do estabelecimento a ser beneficiado (CCICMS/SC nOs 254167136, 255224427 e 255633025), a apuração (mensal) de saldo credor do ICMS desde o ano de 2005 - e não consta, portanto, que tenha havido utilização do PRODEC (Prazo de 120 meses para recolhimento do tributo)." (grifou-se)."*

Diante do exposto, pedindo mais uma vez "venia" aos votos vencedores, entendo que o Fisco de Santa Catarina não poderia ter sido mais claro, ou seja, que a impugnante não utilizou o referido benefício fiscal apontado pelo Fisco do estado de Minas Gerais.

Neste sentido não vejo como dar prosseguimento fiscal, devendo as exigências apontadas pela Fiscalização serem canceladas.

Isto posto, julgo improcedente o lançamento.

**Sala das Sessões, 18 de julho de 2012.**

**Sauro Henrique de Almeida  
Conselheiro**